ANEXO

MODELO PARA APRESENTAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES

Participante: **ABEGÁS – Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado**

Responsável: **Paula Campos**

Meios de contato: paula@abegas.org.br / (21) 99943-9447 – (21) 3995-4325

Dispositivo da minuta	Contribuição	Redação sugerida para o dispositivo
1 INTRODUÇÃO ... A presente revisão considerou a necessidade de melhoria contínua com a atualização de prazos, padrões e procedimentos técnicos para maior eficiência no monitoramento do serviço de distribuição de gás canalizado.	É de suma relevância que as contribuições da concessionária sejam avaliadas, na medida em que a mesma pode transmitir conhecimentos adquiridos pela experiência e prática das atividades relacionadas à prestação dos serviços locais de gás canalizado, incluindo a distribuição, no Estado de Alagoas. Assim como a ABEGÁS, que detém o conhecimento acumulado de todas as áreas de concessão estaduais do país.	1 INTRODUÇÃO ... A presente revisão considerou a necessidade de melhoria contínua com a atualização de prazos, padrões e procedimentos técnicos para maior eficiência no monitoramento do serviço de distribuição de gás canalizado, levando em consideração também o conhecimento dos agentes da Indústria de Gás diretamente afetados por esta Resolução.
2.2. Poder Calorífico Superior do Gás – PCS. ... Quando o supridor comunicar que, eventualmente por curto prazo, o gás não atenderá os parâmetros deliberados pela ANP, a concessionária deve informar à Arsal sobre a não conformidade e solicitar aprovação para distribuição temporária. Caso a Agência Reguladora aprove a comercialização desse gás, a concessionária deve	O contrato com o usuário deve ser espelho, em caso do gás desconforme, com o do supridor da ALGÁS, nas cláusulas de aceite e penalidades. Não é usual a distribuidora questionar antes à Agência se pode ou não usar o gás desconforme antes de falar com o usuário. Em caráter permanente, até entendemos a comunicação à Agência, porém em situações pontuais, entendemos que não seja	Retirar o texto.

<p>comunicar o fato aos seus usuários para que decidam se podem e/ou aceitam utilizá-lo. A concessionária pode recusar o produto ou interromper o fornecimento, quando julgar que o mesmo possa trazer prejuízos para os usuários.</p>	<p>necessário a comunicação para a ARSAL.</p>	
<p>2.2 Poder Calorífico Superior do Gás – PCS. ... A concessionária deve manter o sistema de distribuição sob supervisão, por meio de cromatógrafos em linha, implantados em pontos onde seja possível monitorar o gás oriundo de todas as ETCs em operação. O resultado da média diária, obtida em cada um dos cromatógrafos em operação, deve ser encaminhado à Arsal mensalmente, por meio de planilhas específicas.</p>	<p>Caso tal demanda venha a ensejar aumento de tempo e custo para cumprimento das exigências, necessário incluir custos na tarifa, além de oferecimento de prazo para adaptação.</p>	<p>2.2 Poder Calorífico Superior do Gás – PCS. ... A concessionária deve manter o sistema de distribuição sob supervisão, por meio de cromatógrafos em linha, implantados em pontos onde seja possível monitorar o gás oriundo de todas as ETCs em operação. O resultado da média diária, obtida em cada um dos cromatógrafos em operação, deve ser encaminhado à Arsal mensalmente, por meio de planilhas específicas. Será dado o prazo de seis meses para adequações toda vez que não seja possível disponibilizar os equipamentos em pontos hoje não cobertos, além de inclusão dos custos com a inovação serem considerados na tarifa da concessionária.</p>
<p>2.3 Porcentagem de Perdas Totais de Gás - PPTG. ... A apuração das perdas totais será utilizado como parâmetro para monitoramento do indicador e o padrão de perdas no sistema de distribuição de gás será no máximo o apresentado no quadro III.</p>	<p>Um valor histórico mostra-se mais aderente ao indicador do que um valor fixo, não demonstrada sua fundamentação na NT ARSAL/GRGN Nº 01/2023.</p>	<p>A apuração das perdas totais será utilizado como parâmetro para monitoramento do indicador e o padrão de perdas no sistema de distribuição de gás será no máximo a média histórica apresentada no quadro III.</p>
<p>2.3 Porcentagem de Perdas Totais de Gás - PPTG. ... Os valores apurados devem ser apresentados por meio</p>	<p>Para simplificação, interessante seria a criação de uma conta gráfica tendo o percentual de referência - ou meta a média histórica.</p>	<p>A ARSAL manterá uma Conta Gráfica com os valores apurados apresentados por meio de planilhas mensais, contabilizando,</p>

<p>de planilhas mensais, cabendo a concessionária também contabilizar, separadamente, as informações referentes às perdas comerciais e técnicas.</p>		<p>separadamente, as informações referentes às perdas comerciais e técnicas.</p>
<p>3.1.2 Concentração de Odorante no Gás – COG ... Os limites máximo e mínimo da concentração de odorante presente no gás distribuído em Alagoas são apresentados no quadro IV.</p>	<p>A mudança da concentração de odorante demanda estudos técnicos profundos, como o rinológico, muito importante ouvir a concessionária sobre esse indicador e a Agência fundamentar a mudança trazida em sua Resolução.</p>	<p>3.1.2 Concentração de Odorante no Gás – COG ... Os limites máximo e mínimo da concentração de odorante presente no gás distribuído em Alagoas são apresentados no quadro IV, conforme resolução ANP N° 8/ 2015 (concentração entre 10mg/m³ e 70mg/m³).</p>
<p>3.1.2 Concentração de Odorante no Gás – COG ... A concessionária deve manter o sistema de distribuição sob supervisão, coletando diariamente amostras de gás em unidades consumidoras previamente definidas pela Agência Reguladora ou sempre que for solicitado. As amostras devem ser coletadas em duplicidade, submetidas à análises cromatográficas em laboratório próprio ou terceirizado que possua certificado de acreditação obtido com a Coordenação Geral de Acreditação do INMETRO (CGCRE) e seus resultados encaminhados, diariamente, via e-mail e, mensalmente, por meio de planilhas específicas.</p>	<p>Em São Paulo, quando da homologação da Deliberação ARSESP No 892/ 2019, a ARSESP instituiu o prazo de até dois anos e três meses para que as Concessionárias apresentassem o certificado de acreditação do laboratório químico próprio ou terceirizado. Pela complexidade do tema, tal prazo não foi possível de ser cumprido, não havia laboratórios acreditados pelo INMETRO no estado de São Paulo, para serem terceirizados, e o processo foi complexo até a acreditação. Por isso, solicitamos que as condições atuais sejam mantidas, pois demandará um prazo extenso para realizar tal exigência e custos consideráveis para tal, que deverão ser acrescidos à tarifa. Esse é um item claro da Resolução da ARSAL, dentre outros, que careceria de uma AIR, ou, na impossibilidade da realização desta, de se avaliar o custo benefício da</p>	<p>3.1.2 A concessionária deve manter o sistema de distribuição sob supervisão, coletando diariamente amostras de gás em unidades consumidoras previamente definidas pela Agência Reguladora ou sempre que for solicitado. As amostras devem ser coletadas em duplicidade, submetidas à análises cromatográficas em laboratório próprio ou terceirizado e seus resultados encaminhados, diariamente, via e-mail e, mensalmente, por meio de planilhas específicas.</p>

	<p>inovação e/ou implantação de uma nova regulação, primando-se pela modicidade tarifária, ponto este que pedimos demasiada atenção da Agência Reguladora Estadual.</p>	
<p>VII. Prazo máximo para verificação de Pressão, PCS e COG</p> <p>...</p> <p>Caso haja contestação por parte do usuário, deve ser realizada nova verificação e iniciada nova contagem de tempo.</p>	<p>Conforme Item 2.2 desta Resolução, a Concessionária não poderá arcar com custos que não deu causa.</p>	<p>VII. Prazo máximo para verificação de Pressão, PCS e COG</p> <p>...</p> <p>Caso haja contestação por parte do usuário, deve ser realizada nova verificação e iniciada nova contagem de tempo.</p> <p>Comprovado que não houve erro da Concessionária, ficará a cobrança dos custos da referida verificação por conta do usuário solicitante.</p>
<p>9.1 Critérios Para Fixação das Penalidades</p> <p>...</p>	<p>Novamente chamamos a atenção para a necessidade de se avaliar o custo benefício da inovação e/ou implantação de uma nova regulação, primando-se pela modicidade tarifária.</p> <p>Neste caso, também seria desejável a Análise de Impacto Regulatório de uma revisão tão excessiva, com riscos econômicos à concessão.</p> <p>Qual a natureza jurídica das multas? As multas se destinam a compor as perdas e danos derivadas do inadimplemento? Não! Configuram punição por comportamentos lesivos ao interesse público?</p> <p>Entendendo que sim, por conta da segurança operacional da rede e conseqüentemente da população próxima a esta, questiona-se aqui a análise de seu valor quanto à obediência aos critérios de</p>	<p>Pede-se avaliação mais crítica do tema Penalidades.</p>

	<p>proporcionalidade e razoabilidade.</p> <p>A ABEGÁS solicita a reavaliação da intensidade e regras para aplicação de tais penalidades, considerando que o excesso da aplicação deste mecanismo pode induzir o Concessionário a tomar medidas protetivas e conservadoras que onerem a tarifa do gás de forma substancial, mas com benefício pouco significativo. Além disso, não foi oferecida uma figura de “vacatio legis”, prazo razoável para assimilação do conteúdo de uma nova regulamentação.</p>	
--	--	--